

GAZETA MERCANTIL

Sábado, 24, e segunda-feira, 26 de setembro de 1988

Pleno restabelecimento da credibilidade externa

De Dida

Não é figura de retórica afirmar, como fez o ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, ao ser formalizado o acordo com os bancos credores na última quinta-feira, que o País normaliza as suas relações com a comunidade financeira internacional e está recuperando a credibilidade externa. Em termos práticos, isso significa que as contas estão sendo acertadas e, com efeito, já em outubro o governo brasileiro deverá desembolsar cerca de US\$ 2 bilhões relativos aos juros em atraso de fevereiro a setembro do ano passado.

É o fim da moratória, oficialmente revogada na semana passada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Mas seria ilusão pensar que os problemas na área externa do País terminaram. Em face do comportamento dinâmico das exportações e da relativa estagnação das importações, o Brasil tem obtido excelentes superávits na balança comercial, reforçando sensivelmente a posição de suas reservas cambiais. Este, porém, é um modelo que não pode perdurar, ainda que o mercado externo continue receptivo às vendas de produtos nacionais. Como

acentuou o presidente José Sarney, em pronunciamento feito também no decorrer da semana passada, seria profundamente danosa para a América Latina como para os países credores a permanência dos países endividados na condição de exportadores líquidos de capital.

Na realidade, essa questão só se resolverá se o Brasil e outros vizinhos latino-americanos se tornarem mercados mais atrativos para empréstimos voluntários e investimentos internacionais em volume apreciável. Mas, por enquanto, essa perspectiva não é discernível no horizonte. O que existe de relativamente novo são iniciativas de governos como os do Japão e da França para concessão de novos créditos ou abatimento das dívidas dos países do Terceiro Mundo. Mas, como é natural, essas iniciativas, pelo menos numa primeira fase, tendem a beneficiar principalmente os países mais pobres que integram o chamado "Quarto Mundo".

Contudo, é inegável que o País cumpriu importante etapa para em um período de pouco mais de oito meses. Depois da decretação da moratória em 20 de

fevereiro de 1987 e de uma fase que parecia infundável de negociações pouco produtivas, o governo brasileiro mudou a sua estratégia a partir de janeiro deste ano e conseguiu celebrar um acordo com os bancos credores, estabelecer um programa econômico respaldado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e reescalonar a dívida oficial no âmbito do Clube de Paris.

O próximo passo, como disse o ministro Mailson da Nóbrega, será reduzir as transferências de recursos por dois meios: aumento da entrada de recursos e redução do estoque da dívida. Além da conversão da dívida em capital ou em exportações, mecanismos mais sofisticados poderão vir a ser utilizados, e o ministro da Fazenda mencionou vários, que vão da troca de papéis representativos da dívida entre dois países, de modo a maximizar o deságio, utilização de reservas para resgatar a dívida, criação de um fundo com recursos dos países industrializados para compra de parcelas da dívida, etc.

Sem querer desvalorizar iniciativas como estas, algumas das quais deverão ser discutidas na

assembleia geral do FMI/Banco Mundial, em curso em Berlim Ocidental, devemos lembrar que esquemas para resolver o problema do endividamento existem vários e a International Reports, Inc., de Nova York, chegou a publicar, em 1984, um livrete em que relacionava 28. Hoje, um grosso volume poderia ser editado sobre o assunto.

O que nos parece que está faltando, a não ser da parte de governos como os do Japão e da França, é uma decisão política dos grandes países industrializados, com a participação ativa do FMI, para equacionar a questão. O próprio diretor-gerente do Fundo, Michel Camdessus, reconheceu que existe uma certa "fadiga" em relação às discussões sobre a presente estratégia para reescalonamento de dívidas. Ele prevê avanços, mas nada de milagroso nos próximos dois anos. Mas existe o risco real de que os acordos recentemente concluídos com os países altamente endividados venham a fracassar e todos voltem novamente à mesa de negociações mais cedo do que se imagina. Aí, talvez, surja uma solução ampla.